

UMA PROPOSTA OPERATÓRIA PARA A CARTOGRAFIA EM PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO E CIDADE

AN OPERATIONAL APPROACH TO CARTOGRAPHY FOR RESEARCH ON EDUCATION AND THE CITY

Gustavo Gonçalves Cougo¹

Anelis Rolão Flores²

Marcio Tascheto da Silva³

Resumo

O artigo propõe uma espécie de “caixa de ferramentas” como proposta operatória para a cartografia em pesquisa sobre educação e cidade, inspirando-se na filosofia da diferença. Nessa proposta a cartografia constitui a metodologia, mas o procedimento que a efetiva no campo é a caminhografia urbana. Em vez de descrever a realidade como estática, a cartografia acompanha processos, forças e relações que atravessam o território, tomando o caminhar como prática estética, investigativa e implicada. A caixa organiza-se em três blocos: (1) pistas da cartografia; (2) pistas provisórias da caminhografia urbana; e (3) operadores conceituais que dão coerência ao gesto cartográfico. A proposta é ativada no Parque Itaimbé, em Santa Maria/RS, onde o cartógrafo registra figuras-tipo — expressões subjetivas e móveis que condensam práticas urbanas, afetos e forças de presença — para tornar visíveis informalidades, resistências e invisibilidades urbanas. O interlúdio metodológico narra o deslocamento do mapa impresso à experiência de caminhar, estabelecendo critérios de aproximação e de recusa que resguardam a ética da escuta e evitam congelar a cidade em esquemas. Nas considerações finais, argumenta-se que a caixa não é manual, mas convite à invenção situada, pois sustenta leituras finas do território para produzir conhecimento encarnado, útil a pesquisas e práticas educativas territorializadas. Entre os limites, reconhece-se o recorte espacial e a necessidade de desdobramentos em escolas, coletivos e políticas públicas. Em suma, com a cartografia, operada com uma “caixa de ferramentas” em mãos, propõe-se uma educação “desespetacularizada”, que aprende com o território e não apenas sobre ele.

Palavras-chave: Caminhografia. Ensino. Humanidades. Território educativo. Urbanidades invisíveis.

Abstract

The article proposes a kind of “toolbox” as an operational proposal for cartography in research on education and the city, drawing on the philosophy of difference. In this

1 Doutorando em Ensino de Humanidades e Linguagens na UFN e membro da Cátedra Unesco Cidade que Educa e Transforma. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-0654-803X>. E-mail: g.cougo@ufn.edu.br.

2 Doutora em Arquitetura pela UFRGS/PROPAR, professora no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFN e membro da Cátedra Unesco Cidade que Educa e Transforma. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1918-4084>. E-mail: anelis@ufn.edu.br.

3 Doutor em Educação pela UFRGS, pós-doutorado em memória social e patrimônio cultural pela UFPEL, professor pesquisador no curso de História e no Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens da UFN, membro fundador da Cátedra Unesco Cidade que Educa e Transforma. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2113-3828>. E-mail: tascheto@ufn.edu.br.

proposal, cartography constitutes the methodology, but the procedure that enacts it in the field is urban walkgraphy. Rather than describing reality as static, cartography follows processes, forces, and relations that traverse the territory, taking walking as an aesthetic, investigative, and implicated practice. The toolbox is organized into three blocks: (1) cartography cues; (2) provisional cues of urban walkgraphy; and (3) conceptual operators that lend coherence to the cartographic gesture. The proposal is activated in Itaimbé Park, in Santa Maria/RS, where the cartographer records type-figures — subjective, mobile expressions that condense urban practices, affects, and forces of presence — in order to render urban informalities, resistances, and invisibilities visible. The methodological interlude narrates the shift from the printed map to the experience of walking, establishing criteria of approach and of refusal that safeguard an ethics of listening and avoid freezing the city into schemas. In the final remarks, it is argued that the toolbox is not a manual but an invitation to situated invention, as it sustains fine-grained readings of the territory to produce embodied knowledge, useful for research and territorially grounded educational practices. Among the limits, the paper recognizes its spatial scope and the need for further developments in schools, collectives, and public policies. In sum, with cartography operated with a “toolbox” in hand, the paper advocates a “de-spectacularized” education that learns with the territory and not merely about it.

Keywords: Walkgraphy. Teaching. Humanities. Educational territories. Invisible urbanities.

Introdução

A cartografia, como metodologia de pesquisa em educação, quando situada na realidade urbana, tensiona os modelos tradicionais de análise ao propor uma leitura sensível dos elementos que compõem e que atravessam os territórios. Esses elementos são dispostos a partir de uma lógica rizomática, na qual múltiplas conexões de sentidos entrelaçam-se para compor uma “gramática do chão”, enraizada ao longo dos espaços da cidade. É nesse sentido que a proposta se distingue de outras menos orgânicas ao recusar modelos rígidos e constituir-se como um método-processo — isto é, uma prática de pensamento implicado, com a intenção de captar/apreender o que escapa ao visível, planejado e instituído no contexto urbano, sobretudo, em vista de uma posterior mobilização pedagógica dos saberes investigados (Kastrup; Passos; Escóssia, 2020; Rocha; Santos, 2023; Cougo, 2025).

Nesse horizonte crítico-reflexivo, acerca da importância dos territórios nas pesquisas em educação, é pertinente retomar a obra do geógrafo Milton Santos (2023), que os defende como elementos indispensáveis para uma formação cidadã lúcida e situada. Santos (2020) explica que as cidades são compostas por sistemas de ações e objetos que conformam um campo de forças onde se inscrevem as contradições históricas, as disputas sociopolíticas e as desigualdades estruturais do país, capilarizadas no território urbano. Por isso, a observação desses aspectos nos processos

educativos não pode ser desconsiderada, já que constituem a essência de uma educação significativa. Afinal, não faz sentido pensar uma educação que ignore os saberes locais e as singularidades de seus territórios, sobretudo nas cidades brasileiras — cujas características se aproximam das de tantas outras cidades latino-americanas —, e onde são justamente essas tensões que evidenciam a impossibilidade de dissociar educação dos territórios, de seus modos de vida, resistências e invisibilidades (Santos, 2023).

Nesta abordagem, o território é um componente ativo das relações socioeducativas, configurando-se como lugar vivido, disputado, múltiplo e complexo do cotidiano das cidades. Contudo, não basta reconhecer seu conteúdo e seu potencial, é preciso ler, interpretar e assimilar o manancial de saberes que se desprende dessa complexidade. Com efeito, metodologias rígidas não conseguem dar conta dessa empreitada, uma vez que depreender um campo existencial exige também um olhar sensível. É nesse sentido que a cartografia funciona enquanto metodologia de pesquisa para as Ciências Humanas e Sociais. Além de sustentar uma abordagem sensível e orgânica, ela se mostra atenta ao que se move nas bordas, brechas e camadas da cidade visível, permitindo acessar as “urbanidades invisíveis” — porções de informalidade frequentemente silenciadas e relegadas nas cidades (Fortuna, 2019, p. 135), aceitando o estranho, o curioso e os possíveis (Sennett, 2021, p. 16).

Apostamos, então, na cartografia como instrumento de estudo para uma educação territorializada nas cidades, o que implica, sobretudo, situar o olhar do pesquisador em contextos concretos. É nesse horizonte que o artigo apresenta uma proposta operatória de cartografia, formulada a partir da análise de uma metodologia mobilizada em uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens (PPGEHL), da Universidade Franciscana (UFN). Acerca dessa construção, é importante destacar que, se a cartografia constitui a metodologia, o procedimento que a efetiva no campo é a caminhografia urbana⁴. O cartógrafo, nesse sentido, cartografa caminhando.

Nesse movimento, a cartografia torna visíveis as informalidades e as camadas invisíveis da cidade. Para orientar essa postura, propusemos em Cougo (2025), a metáfora de uma “caixa de ferramentas” para designar um conjunto de conceitos operatórios para guiar a prática do cartógrafo que caminhografa. Neste artigo, aprofundamos essa construção, apresentando sua formulação de maneira mais próxima da prática em campo.

⁴ Procedimento metodológico que propõe o caminhar como prática estética, investigativa e implicada (Rocha; Santos, 2023). Retomamos o conceito em outros momentos ao longo do texto para garantir maior clareza.

Composta por pistas operatórias e operadores conceituais, essa espécie de “caixa” visa a apoiar a leitura e a análise de territórios urbanos, como forma de contribuir para pesquisas sobre cidade e educação. Portanto, a proposta é resultado da articulação entre três elementos principais: (1) as pistas da cartografia, sistematizadas por Passos, Kastrup e Escóssia (2020); (2) as pistas da caminhografia urbana, desenvolvidas por Rocha e Santos (2023); e (3) os operadores conceituais que emergem da construção realizada em Cougo (2025), compreendendo aspectos da filosofia da diferença e das teorias críticas do espaço urbano, mas também do saldo da observação dos fixos e fluxos, mapas e cartografias do Parque Itaimbé, em Santa Maria/RS.

É importante situar que o Parque Itaimbé é um parque urbano central que conecta várias quadras do centro de Santa Maria/RS. Guma, Vargas, Falcão e Alcântara (2023) explicam que o parque fica em uma área rebaixada em relação às ruas do entorno, com gramados, arborização de sombra, bancos e equipamentos como pracinhas, quadras esportivas, quiosques, um centro de atividades múltiplas e uma concha acústica. Seu traçado linear de cerca de 1,2 km, acompanha o vale do Arroio Itaimbé, sendo limitado ao norte pela via férrea e ao sul pela Av. Nossa Senhora das Dores. O parque é seccionado em cinco setores distintos por quatro ruas elevadas (Silva Jardim, Venâncio Aires, Tuiuti e Pinheiro Machado), que funcionam como viadutos (Guma; Vargas; Falcão; Alcântara, 2023). Os pesquisadores ainda explicam que o lugar é bastante significativo para as pessoas porque condensa memórias, usos e lutas da cidade, constituindo-se como espaço onde afetos individuais constroem identidade coletiva e orientam a apropriação e o cuidado do território (Guma; Vargas; Falcão; Alcântara, 2023).

Figura 1 – Mosaico com imagens de diferentes espaços do parque.



Fonte: adaptação do autor.

Diante disso, mais do que um modelo a ser seguido, a caixa de ferramentas é apresentada aqui como um repertório aberto (constituído por um ethos cartográfico, político e metodológico) que convoca o pesquisador a uma implicação territorializada no campo. Não se trata de descrever a cidade, mas captar suas expressividades, seus gestos e intensidades, como forma de ampliar as possibilidades de leitura urbana a partir do chão, do corpo e da diferença.

Nesse sentido, o artigo está organizado em quatro partes: na primeira, discutimos os fundamentos da proposta; na segunda, apresentamos a composição da “caixa de ferramentas” para a cartografia; na terceira, relatamos a sua aplicação no território do Parque Itaimbé; e, por fim, trazemos considerações sobre sua potencialidade metodológica e sua contribuição para as pesquisas em educação e cidade.

Uma “caixa de ferramentas” para sustentar a leitura do cartógrafo em campo

A cartografia, tal como concebida na filosofia da diferença, rompe com a ideia de representação estática da realidade e propõe uma abordagem processual e implicada (Barros; Kastrup, 2020). Inspirada na filosofia de Deleuze e Guattari (2011) e operada no campo da pesquisa por Kastrup, Passos e Escóssia (2020), essa proposta metodológica parte da concepção de pesquisa como um ato de criação, como um modo de reconhecer o encontro com o território e suas forças sempre em movimento.

Essa abordagem, portanto, não pretende descrever a realidade “tal como é”, mas acompanhar os processos que resultam na sua constituição (Barros; Kastrup, 2020). O território, nesse sentido, é compreendido como um campo de forças que se entrelaçam (espaço vivido, político e sensível), influenciando-se mutuamente, não apenas como superfície geográfica, onde as tramas da realidade acontecem indiscriminadamente.

Intercessor desse posicionamento, Santos (2023) ilustra a complexidade dos territórios brasileiros, escancarando a necessidade de um olhar mais sensível a eles. Com isso, corrobora com a necessidade de uma metodologia mais atenta aos silenciamentos e a invisibilização das historicidades, desigualdades estruturais e relações desiguais de poder, que se capilarizam em várias instâncias das cidades brasileiras.

É nesse contexto que a cartografia se apresenta como um método-processo, que opera pela atenção ao imprevisível, ao fragmentário, ao menor e às miudezas urbanas (Fortuna, 2012), buscando, sobretudo, o estranho, o curioso e os possíveis (Sennet, 2021, p. 16). Para isso, exige

do pesquisador uma postura de não-neutralidade, ou seja, a disposição para ser afetado pelos modos de vida que emergem nas frestas da cidade (Barros; Kastrup, 2020). Pelos modos que, no argumento de Certeau (2014), escapam à lógica dos mapas hegemonicamente pensados, subsidiando leituras institucionais da realidade urbana. A cartografia é, nesse sentido, também uma prática política, que se coloca ao lado das forças minoritárias e minorizadas da cidade.

Se a cartografia apresenta uma proposta/concepção, o procedimento que a efetiva em campo é a caminhografia urbana. Nessa perspectiva, esse procedimento serve como desdobramento metodológico que potencializa o encontro do corpo como o território. Desenvolvida no grupo de pesquisa Cidade + Contemporaneidade, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) e elaborada por Rocha e Santos (2023), a caminhografia urbana propõe o caminhar como prática estética, investigativa e implicada.

Não se limita ao deslocamento físico, mas extrapola para um gesto de atenção radical ao território, de uma escuta que se faz com os pés, com os sentidos, com o corpo todo, poroso, aberto às intensidades da cidade (Rocha; Santos, 2023). Essa implicação do corpo permite à caminhografia acessar dimensões do espaço urbano que permanecem ocultas nos mapas oficiais e nas leituras institucionais, revelando o que Fortuna (2019, p. 135) define como “urbanidades invisíveis” — práticas informes de espaço, diluídas nas camadas de transparência que conformam a aparência regulada da cidade. Esses modos de habitar escapam à lógica da normatividade urbana e resistem às formas hegemônicas de organização e visibilidade (Fortuna, 2012; 2019).

Como discutem Certeau (2014) e Silva (2021), gestos ordinários como o comércio informal e efêmero, as brincadeiras infantis nos canteiros ou as ocupações silenciosas de praças e terrenos baldios, compõem uma cidade que escapa à racionalidade dos “projetos urbanos”. Essas são práticas que operam sempre no nível tático do informe, naquilo que não é totalmente capturado pela normatividade, e que configuram modos de resistência à cidade-espetáculo (Debord, 1997).

Todo o processo de leitura proposto na cartografia, instrumentalizada pela caminhografia, pode ser compreendido como parte do movimento de uma “educação do informe” (Silva, 2021, p. 147), cuja forma está suspensa em favor do conteúdo caótico, mas fluido e múltiplo, das cidades. Trata-se de uma educação que, como a própria cidade, “assume todas as formas”, ou seja, se afigura como “quase-mundo do informe”, desafiando constantemente os contornos pedagógicos tradicionais para reivindicar atenção às práticas

dispersas, descentradas e resistentes que constituem o cotidiano urbano (Silva, 2021, p. 147). E justamente por lidar com territórios instáveis, complexos e múltiplos, atravessados por infinitas camadas de invisibilidade, é que a cartografia precisa um instrumental próprio, um conjunto de ferramentas conceituais e operatórias que permita ao cartógrafo sustentar sua leitura.

É nesse horizonte que propomos, neste artigo, a noção de uma “caixa de ferramentas” que funcione como um repertório metodológico, conceitualmente articulado, que visa apoiar o pesquisador no acompanhamento dos processos socioterritoriais, mas também possa subsidiar a leitura dos fluxos educativos informes e implicados que possam surgir do saldo de suas apreensões.

Com isso, a noção de “caixa de ferramentas”, aqui mobilizada, inspira-se na metáfora utilizada por Deleuze (Foucault; Deleuze, 2004) e retomada por Foucault, em entrevista publicada por Dreyfus e Rabinow (1995). Nela, o pensamento é concebido como um conjunto de instrumentos conceituais a serem mobilizados conforme a urgência do campo e a singularidade das situações.

Não se trata, portanto, de um sistema fechado ou de uma metodologia prescrita, mas de um repertório aberto, não hierárquico e não sistemático. Um conjunto de conceitos, operadores e práticas que podem ser mobilizados conforme as intensidades encontradas na pesquisa. Mais do que um manual ou uma estrutura lógica, essa caixa opera como um convite à criação e à intervenção crítica, permitindo ao cartógrafo compor percursos próprios, atentos às forças e aos silenciamentos que atravessam e constituem cada território.

Como afirma o próprio Foucault (1975 apud Brossat, 2018, p. 274), “[...] as pessoas podem, sem reserva, pegar nela uma frase, uma ideia, uma análise ‘como uma chave de fenda ou uma desparafusadeira’ – mas não para um fim qualquer”, sendo desejável inclusive que essas ferramentas sejam usadas para “[...] curto-circuitar, desqualificar, danificar os sistemas de poder, inclusive aqueles mesmos de que meus livros foram provenientes”. A caixa de ferramentas, nesse sentido, não apenas sustenta a leitura do território, mas também abre espaço para que o pensamento se faça em ato, no campo, de modo situado, implicado e, sobretudo, territorializado.

Sem pretensão de funcionar como um modelo ou receita, a “caixa de ferramentas” proposta neste artigo constitui-se como um repertório aberto de operadores teóricos e metodológicos, sensíveis à singularidade de cada território e disponíveis para uso criativo no campo. Com isso, buscamos sustentar uma abordagem metodológica situada, que reconhece o território como coautor da pesquisa e não como mero objeto de investigação. Assim, a caixa articula dois níveis complementares: o conceitual (operadores como

rizoma, agenciamento, corpografia, urbanidades invisíveis) e o operatório (pistas da cartografia e da caminhografia). Na próxima seção, apresentamos os três blocos principais dessa caixa, todos mobilizados a partir da pesquisa de campo realizada no Parque Itaimbé, em Santa Maria (RS).

Composição em blocos das pistas e operadores para a cartografia

A “caixa de ferramentas” proposta neste artigo é composta por três blocos que se complementam, organizados para apoiar o cartógrafo na leitura dos territórios urbanos. Na perspectiva foucaultiana de mobilização de ferramentas analíticas, essa “caixa” não opera por etapas fixas ou prescrições rígidas. Trata-se de um repertório metodológico aberto, cujos elementos podem ser ativados conforme as exigências e singularidades do campo. Os três “blocos” da caixa são: 1) as pistas operatórias da cartografia, sistematizadas por Passos, Kastrup e Escóssia (2020); 2) as pistas provisórias da caminhografia urbana, desenvolvidas por Rocha e Santos (2023); e 3) um conjunto de operadores conceituais que funcionam como lentes analíticas para interpretar a complexidade dos territórios, os quais foram pinçados da construção realizada em Cougo (2025), como saldo da observação dos fixos e fluxos, mapas e cartografias do Parque Itaimbé, em Santa Maria/RS.

No primeiro bloco, reúnem as pistas operatórias da cartografia, desenvolvidas no âmbito do grupo de pesquisa Cognição e Subjetividade (UFF/UFRJ) e sistematizadas por Passos, Kastrup e Escóssia (2020). Elas constituem orientações para o cartógrafo acompanhar os processos em campo, mantendo uma postura atenta, implicada e aberta às emergências do território. No Quadro 1, apresentamos uma síntese das oito pistas do método da cartografia.

Quadro 1 – Síntese das oito pistas do método da cartografia

Pista	Norteador	Síntese
P1	A cartografia como método de pesquisa-intervenção	Conhecer e fazer, pesquisar e intervir são inseparáveis no método da cartografia
P2	O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo	A atenção do cartógrafo deve ser flutuante, concentrada e aberta, podendo ser organizada em quatro gestos: o rastreo, o toque, o pouso e o reconhecimento atento
P3	Cartografar é acompanhar processos	A cartografia não visa isolar um objeto para análise, mas desenhar a rede de forças que o conecta a outros objetos ou fenômenos
P4	Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia	A cartografia sempre requer dispositivos para dizer e fazer ver o conteúdo cartografado, de modo que cada dispositivo opera em diferentes movimentos-funções

P5	O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica	A cartografia é, também, uma prática de construção do plano coletivo de forças que formam o plano de experiência cartográfica
P6	Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador	Na cartografia, a dissolução do ponto de vista do observador permite uma abertura para outros pontos de vista sobre um mesmo objeto ou fenômeno, de modo a desnaturalizar realidades estáveis
P7	Cartografar é habitar um território existencial	Na cartografia falamos de modos de vida, de encontros, e desencontros, portanto, o cartógrafo precisa estar imerso e implicado no território
P8	Por uma política da narratividade	A cartografia também se dá na maneira que escolhemos para narrar o conteúdo cartografado

Fonte: Cougo (2025) a partir de Passos, Kastrup e Escóssia (2020).

Essas pistas não são um manual a ser seguido à risca. Funcionam mais como sinais abertos, que ajudam o pesquisador a se manter atento ao que surpreende no território. O valor delas está justamente em sustentar uma “atenção flutuante” (Freud, 1969, apud Kastrup, 2020, p. 32) com “reconhecimento atento” (Bergson, 1990, apud Kastrup, 2020, p. 32), a fim de apoiar o cartógrafo a se implicar no campo e acionar dispositivos que revelem forças escondidas, aquelas que comumente passam despercebidas no jogo urbano.

Se, de um lado, as pistas cartográficas oferecem modos de acompanhar os processos por meio de dispositivos e narrativas, de outro, a caminhografia urbana puxa o fio de outra forma, colocando o corpo no centro da cena. É aí que o caminhar deixa de ser somente deslocamento e passa a ser também gesto criador, movimento de invenção e de reorganização dos sentidos na cidade. Com o corpo no centro, o método respira, o passo escreve e o chão responde com a sua própria gramática. Para guiar esse jogo fino de atenção e constituir o segundo bloco da caixa, no Quadro 2 sintetizamos as dez pistas provisórias da caminhografia, propostas e sistematizadas por Rocha e Santos (2023), organizando pequenas chaves para abrir o território sem engessá-lo.

Quadro 2 – Síntese das dez pistas provisórias sobre a caminhografia urbana.

Pista	Caminhografar...
P1	É andar a pé
P2	É percurso
P3	É experiência uno ou múltipla
P4	É ir em busca dos encontros com o minorizado
P5	É criar registros
P6	É corpo vibrátil
P7	É experimentar velocidades

P8	É registro
P9	É jogo
P10	É agenciamento

Fonte: Rocha e Santos (2023).

Feito o ajuste do passo, falta afinar a escuta. As pistas — da cartografia e da caminhografia — já colocam o corpo em posição de atenção, mas o campo pede também ideias-força que deem lastro ao que aparece e, principalmente, ao que insiste em não aparecer. É aqui que a caixa aprofunda o jogo e constitui seu terceiro bloco. Em vez de fechar os sentidos, abre territórios para que a leitura urbana toque as camadas de invisibilidade, conflito e criação que interessam à educação quando ela se faz em diálogo com a cidade e não apenas sobre ela.

Na chave da introdução, o compromisso é esse, produzir um modo de pesquisa territorializado, capaz de reconhecer o parque, a rua, o “entre” como lugares de formação em potência. Por isso, a caixa proposta não é manual, é articulação. Ela se sustenta em três apoios que se convocam mutuamente: (1) as pistas da cartografia (Passos, Kastrup e Escóssia, 2020), que mantêm o olhar atento aos processos; (2) as pistas da caminhografia (Rocha e Santos, 2023), que trazem o corpo para o centro da escuta; e (3) um conjunto de operadores conceituais (Cougo, 2025) que afinam essa escuta quando o terreno fica mais áspero — operadores que vêm da filosofia da diferença e da sociologia urbana, mas também do que o Parque Itaimbé devolveu em passos, encontros, silêncios e tensões.

Chamamos de “operadores” porque eles operam mesmo: rizoma, agenciamento, multiplicidade ajudam a não congelar o fenômeno; corpografia lembra que é o corpo que escreve a cidade; ville/cité (e as práticas de espaço) recolocam a balança entre materialidades e vínculos; (des)(re)territorializações dão língua às passagens; urbanidades invisíveis e negatividade urbana convocam um olhar desviado para o que a cidade costuma varrer para fora do enquadramento; e, no campo da educação, território educativo e pedagogias urbanas amarram o gesto de pesquisar ao gesto de formar em potência. Nada disso funciona como moldura pronta, mas como ferramentas vivas, acionadas conforme o campo exige, combinadas, reviradas, às vezes recusadas, mas sempre em movimento.

É com esse núcleo da caixa que garantimos coerência entre promessa e procedimento. Acompanhar processos, com corpo implicado e conceitos que pensam com a gramática do chão, para que a cidade nos ensine o que os mapas não dão conta. A seguir, o Quadro 3 reúne,

em síntese, esses operadores que compõem o terceiro bloco da caixa e sustentam a escuta em campo.

Quadro 3 – Construções teóricas para a “caixa de ferramentas” do cartógrafo em campo.

Tema	Autor	Síntese
Urbanidades invisíveis		Referem-se aos elementos próprios do urbano que constituem-se das múltiplas práticas informes de espaço, dissolvidas nas camadas de transparência pelas quais a cidade está apresentada.
Informalidade urbana	Fortuna (2019)	Refere-se aos elementos intangíveis, espontâneos e irrepetíveis, emergentes das geografizações próprias do urbano, que comportam espacializações orgânicas dos territórios da cidade.
Cegueira cognitiva	Main ak plis anpil pati nan travay la ta dwe prezante Main ak plis anpil pati nan travay la ta dwe prezante	Refere-se a uma limitação na percepção e no entendimento da realidade urbana, que é filtrada por critérios rígidos ou formas específicas de conhecimento que invisibilizam as práticas informais de espaço e os usos cotidianos da cidade, em especial dos grupos menos empoderados.
Negatividade urbana		Abordagem que privilegia um olhar sobre o ambiente urbano a partir dos grupos excluídos, estigmatizados e segregados. Trata-se de uma busca pela experiência urbana menor, que foge da espetacularização das cidades dos grandes eventos, priorizando a perspectiva cotidiana dos microterritórios da cidade.
Práticas de espaço	Certeau (2014)	Remetem a uma forma específica de operação ou maneira de fazer o cotidiano, que consiste em fugas das geometrizações do espaço formalizado da cidade, ou seja, são as maneiras pelas quais as pessoas comuns se apropriam, transformam e ressignificam os espaços, resistindo à organização formal imposta na cidade.
Praticantes ordinários da cidade		Refere-se às pessoas comuns, os habitantes que vivem na cidade e se movem pelo espaço urbano. Através de suas práticas cotidianas, esses praticantes escapam das formalidades urbanas para experimentar a cidade à sua maneira.
Cité	Sennett (2021)	Descreve a dimensão simbólica e social da cidade, relacionada aos vínculos, identidades e significados compartilhados entre seus habitantes.
Ville		Descreve a estrutura física e material da cidade — ruas, prédios, praças —, o espaço construído que organiza o ambiente urbano.
Cidade	Rolnik (2009)	Buscando sinais de uma característica essencial de cidade, a autora descreve como um ímã, cujo poder de atração reúne grupos de pessoas no seu entorno. A autora também descreve a cidade como um lugar de vivência coletiva e construção de memórias.
Corpografia	Jacques (2012)	A corpografia é a escrita da cidade pelo próprio corpo, essa escrita cria uma poética, que se revela na resistência e na antidisdisciplina. É também a memória urbana no corpo, no registro da experiência dos indivíduos na cidade.
Errância		Refere-se a um modo de percorrer a cidade de forma livre, não linear, de maneira improvisada e criativa, em contraste com os trajetos planejados e funcionais — é uma prática que pode revelar novas percepções e experiências do espaço urbano.
Rizoma	Deleuze e Guattari (2011)	Tomando emprestado o termo da botânica, os autores referem-se ao rizoma como uma estrutura não hierárquica, sem começo ou fim, onde múltiplos pontos se conectam de forma aberta e descentralizada. A partir desse conceito eles descrevem a organização do espaço urbano.
Agenciamento	Deleuze e Guattari (2011)	Às conexões que constituem o rizoma, os autores definem como ligações provisórias entre elementos heterogêneos que, juntos, produzem novas funções, sentidos ou possibilidades.

Multiplicidade	Deleuze e Guattari (2011)	Quanto à multiplicidade, os autores definem como a ideia de que identidades, espaços ou fenômenos não são únicos ou fixos, mas compostos por diferenças, variações e transformações sempre contínuas.
Território	Santos (2020) Saquet e Silva (2008) Saquet e Sposito (2015) Haesbaert (2007; 2019)	De maneira geral, refere-se a porções espaciais, socialmente construídas, que geografizam-se pelos conteúdos imateriais, simbólicos, afetivos, políticos, econômicos, culturais, etc.
Territorialização	Deleuze e Guattari (2011); Haesbaert (2007)	Refere-se aos processos de criação, apropriação ou estabilização de um território, gerado por relações de poder, identidade e pertencimento.
Desterritorialização	Deleuze e Guattari (2011); Haesbaert (2019)	Refere-se a uma espécie de ruptura ou perda dos referenciais territoriais já fixados ou provisoriamente estabelecidos, quando dinâmicas de deslocamento, transformação e intervenção rompem a estabilidade parcial existente.
Reterritorialização	Deleuze e Guattari (2011); Haesbaert (2007)	Complementando o ciclo territorial, a reterritorialização refere-se a uma reorganização/reconstrução de novos sentidos e vínculos em um território, como resultado compulsório de um processo de desterritorialização.
Território educativo	Singer (2015) Canário (2004)	Lugar potencialmente configurável como educativo, a partir da ativação pedagógica intencional dos múltiplos saberes territoriais extraídos da corpografia urbana. Refere-se a um ordenamento de saberes, intencionalmente mobilizados de um território.
Pedagogias urbanas	Páramo (2009)	Conceito ainda situado em uma zona cinzenta, mas do qual temos pistas, com a intencionalidade das ações pedagógicas e a característica essencialmente urbana dessas intencionalidades. O movimento das cidades, a multiplicidade, as multiconexões, etc.

Fonte: Cougo (2025).

Os operadores reunidos no Quadro 3 não se restringem a funcionar como um glossário estático, mas ao contrário, operar como disparadores de uma leitura situada e implicada no território. Assim, o conjunto de conceitos que constitui este terceiro bloco serve para sustentar conceitualmente o gesto cartográfico. Com isso, em vez de descrever ou mesmo “explicar” o território estudado, ajuda a compor com ele, afinando a escuta para surpreender-se com o que aparece e, sobretudo, para o que insiste em não aparecer. Nos silêncios invisibilizam-se elementos fundamentais para a educação territorializada, implicada e desespetacularizada que buscamos abrir espaço com o método.

Ao mobilizar esses conceitos em campo, o cartógrafo aciona uma postura ética e política em que o território deixa de ser somente suporte físico e aparece como lugar de vida, memória, resistência e (des)construção, coerente com a complexidade territorial brasileira analisada por Santos (2023). Com isso, as urbanidades invisíveis reivindicam um olhar desviado para o que não entra nos mapas, subsidiando o enfrentamento das cegueiras cognitivas que estabilizam o pensamento urbano (Berth, 2023). Entre os operadores mobilizados, destaco o conceito de “urbanidades invisíveis” (Fortuna, 2019, p. 137) em relação aos demais porque, na dissertação que origina este artigo, ele constitui o foco empírico-político da

investigação. É justamente a busca e a visibilização dessas urbanidades que organizam a matriz de saberes em potencial para uma educação da cidade (Cougo, 2025).

Figuras em fluxo: um exercício de ativação da “caixa”

Nesta seção apresentamos um exercício de ativação da “caixa de ferramentas” realizado na pesquisa. Parto de um recorte empírico delimitado no Parque Itaimbé entre os meses de abril e outubro do ano de 2024, mobilizando caderno de campo, registros fotográficos, mapas e esboços cartográficos para identificar as figuras-tipo “em fluxo” — arranjos provisórios de práticas, afetos e materialidades que dão visibilidade às urbanidades invisíveis. O objetivo não é representar o território como totalidade, mas evidenciar modos de existência que escapam aos mapas institucionalizados, em coerência com a perspectiva cartográfica adotada ao longo do artigo.

Daqui em diante, assumo a primeira pessoa, pois escrevo desde o corpo que caminha. A escolha foi metodológica e acompanha a cartografia como pesquisa-intervenção e sua política da narratividade (Passos; Kastrup; Escóssia, 2020). A proposta da “caixa de ferramentas” ganha corpo quando tensionada pela realidade do território. No caso da cartografia do Parque Itaimbé, as caminhadas e registros possibilitaram a transcrição de figuras-tipo (expressões subjetivas e móveis que condensam práticas urbanas, afetos e forças de presença). Essas figuras são mais que personagens fixos ou modelos sociais, são composições produzidas pela escuta atenta, pela observação atravessada, pela efêmera convivência silenciosa. São, sobretudo, pistas encarnadas, que nos devolvem a cidade em outras camadas.

As figuras-tipo aqui destacadas não esgotam a multiplicidade de presenças cartografadas no Parque Itaimbé. Ao contrário, fazem parte de um conjunto maior que inclui trabalhadores formais e informais, presenças institucionais, passantes e até o próprio cartógrafo implicado. A escolha por essas figuras não tem a intenção de delimitar, mas tornar visível o modo como determinadas presenças atravessaram com mais intensidade o processo de leitura e elaboração da caixa. Outras figuras seguem reverberando.

Ao longo do processo de cartografia do Parque Itaimbé, a escuta sensível e o caminhar implicado fizeram emergir figuras-tipo (presenças que se destacavam não por recorrência, mas por intensidade, gesto, permanência, persistência ou estranhamento). Essas figuras não foram

identificadas a partir de categorias previamente definidas, mas foram sendo percebidas no próprio ritmo da caminhada, como condensações/prismas de práticas urbanas, afetos e formas de se apropriar do espaço. Em vez de representações sociais fixas, elas atuam como dobras do território, expressões provisórias que convocam o cartógrafo a ler com o corpo. Cada figura, a seu modo, ativou pistas e operadores conceituais da caixa de ferramentas (muitas vezes simultaneamente), deslocando a atitude do pesquisador e tornando o campo mais tenso, mais vivo e mais denso. A seguir, apresentamos algumas dessas figuras não como tipologias, mas como formas sensíveis de entrada no território, em um exercício de ativação da caixa em movimento.

Entre elas, estavam os apaixonados. Cenas singelas, mas persistentes, de jovens que se deitavam sobre o gramado, abraçados, protegendo-se da cidade com os próprios corpos entrelaçados. Apesar da sensação de insegurança que paira sobre o parque (Benaduce, 2007), esses encontros sinalizam uma força simbólica de resistência e afeto. Os apaixonados pareciam criar, ali, seu próprio território (efêmero, íntimo e invisível para quem passa rápido). Minha observação se torna atenção flutuante, quase envergonhada, ativando operadores como urbanidades invisíveis, territorialização e *cité*. Esses corpos não reivindicam nada, apenas estão. E isso basta para afetar o campo.

Também se fez presente o traceur (praticante de parkour), que aparece em uma área específica do parque, adaptada para essa prática. Seus movimentos rompem com a lógica da circulação planejada. O corpo salta, escala, apoia-se e lança-se ao risco (reescreve a cidade com gestos). Não há trilha estabelecida, ele inventa o caminho, ainda que em um território delimitado. A presença do traceur demanda de mim um acompanhamento atento, instável e disponível. O olhar precisa correr junto. Acionam-se aqui pistas da caminhografia enquanto percurso, da atenção ao corpo como sensor, e do agenciamento entre forças visíveis e invisíveis. O traceur inscreve na cidade uma coreografia de resistência. Não ocupa o espaço: o (re)cria.

Os expectantes aparecem como silêncio em forma das gentes. Estão sentados, em pé, imóveis, olhando para longe ou para dentro. Não se sabe o que esperam. Eles fazem da pausa um gesto e da espera um tipo de presença. Para mim, não há como me aproximar sem ser afetado, pois a cena é densa, mas também quase vazia. O tempo estagnou e a cidade desacelerou. A caixa de ferramentas aciona conceitos como multiplicidade, *ville/cité* e uma territorialização silenciosa. O campo se espraia em torno deles como se o parque os observasse de volta.

Figura 2 – Fotografia que simboliza a figura-tipo dos expectantes.



Fonte: Cougo (2025).

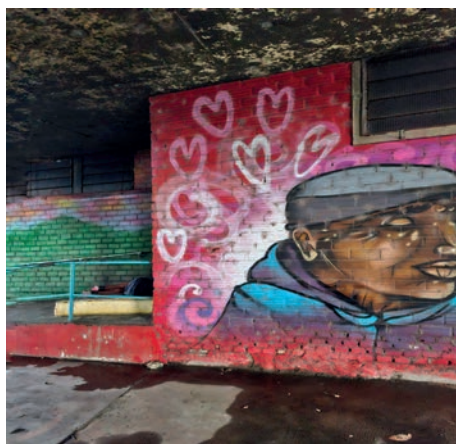
As cozinheiras de avental surgem numa cena que capturei sob chuva fina. Mulheres em movimento, organizando um espaço (in)visível de trabalho sob uma grande janela. Eu, faminto, observei com fascínio e vergonha. Há cheiro de pão, barulho de água e tensão nos olhares. Depois, elas aparecem outra vez, perto dos contêineres, organizando restos. O que parecia invisível se inscreve como coreografia cotidiana: uma prática de resistência e vida. Os operadores da caixa que se ativam (narratividade, corpografia, agenciamento) mostram que o parque também é extensão da cozinha, lugar de luta e de afeto. A cena permanece no corpo: fome, imagem, cheiro e silêncio embaralhados.

Os laboriosos vêm e vão em silêncio, quase sempre antes do cartógrafo chegar. São garis, catadores, trabalhadores da prefeitura, cuidadores do espaço — figuras que circulam com ritmo preciso, com ferramentas e fardas que, muitas vezes (quando presentes), parecem fundi-los ao próprio território. Alguns apenas atravessam o parque, em direção a algum lugar (talvez ao trabalho, talvez de volta dele), são presenças discretas, mas insistentes, que marcam o espaço. Outros atuam ali mesmo, muitas vezes sem uniforme, tornando-se ainda mais imperceptíveis aos olhos apressados. Seus gestos cotidianos mantêm o parque respirando. Varrem folhas, limpam calçadas, empurram carrinhos, cuidam de fontes. Mas raramente são notados. Para percebê-los, precisei desacelerar e escutar a regularidade como potência. Eles ativam operadores

como corpografia urbana e urbanidades invisíveis. Não há espetáculo, mas há presença densa. Práticas de espaço, agenciamento coletivo e territorialização silenciosa. Os laboriosos compõem uma urbanidade subterrânea, mas decisiva no contexto cotidiano.

Mais constantes e insistentes são os andarilhos. Dormem sob as árvores, arrumam sacolas e observam com desconfiança. São presença desautorizada, incômoda, mas firme. Dormem onde a cidade gostaria que ninguém dormisse. Marcam o parque com o próprio corpo vulnerável, forçando o meu olhar a se reposicionar. Não são objeto de análise, mas presença que atravessa. A escuta aqui é radical e exige deixar de lado o julgamento. Os conceitos de negatividade urbana, rizoma e reterritorialização ajudam a pensar essa permanência em movimento. O parque é abrigo — e também denúncia.

Figura 3 – Registro da pausa de um andarilho.



Fonte: Cougo (2025).

E então há os espectros — aqui, o termo nomeia um efeito de visibilidade (e não pessoas), produzido pelo regime de luz e de controle do parque à noite. Suas presenças se dão à noite, quando o parque encolhe e os caminhos comuns deixam de ser opção. Em determinados trechos, especialmente sob os viadutos, optei por caminhar pelas calçadas no nível superior, observando o parque de cima. Foi dali que os via. Eram como vultos movendo-se entre as árvores e bancos, em movimentos errantes, silenciosos e com rosto ofuscado. Também em situação de rua, esses corpos ocupam o parque com uma coreografia própria (errática, dissimulada, como se evitassem ser vistos diretamente). Organizando-se

para dormir, conversando, bebendo, transitando, suas ações compõem uma presença densa, mas inapreensível. Não havia crianças. É um território reconfigurado, reterritorializado como abrigo (e, nesse gesto, também protegido).

A minha presença, como caminhante estranho àquela cena, parecia não ser bem-vinda. O parque, ali, não é mais um espaço público universal, mas um lugar de refúgio tático (Certeau, 2014), reorganizado para garantir segurança a quem dele precisa sobreviver. A cidade formal não os vê; e quando vê, é de cima (de longe, na penumbra, com medo). Essa presença espectral não é metáfora, mas condição concreta das vidas à margem. Seus gestos desenham um “anti-balé” noturno, uma dança de sobrevivência às avessas da espetacularização urbana (Silva, 2016, p. 183). Minha leitura, nesse caso, não se dá por aproximação, mas por desconforto, hesitação e silêncio. Conceitos como cegueira cognitiva, corpografia e desterritorialização tentam dar conta, mas talvez sejam os afetos suspensos e os vazios da linguagem os únicos operadores possíveis diante do que só se vê de longe.

Essas figuras-tipo não compõem uma taxonomia. Sequer estão separadas ou são exclusivas. Pelo contrário, acontecem ao mesmo tempo, em sobreposição, em ruído. É comum que um mesmo corpo carregue traços de mais de uma figura, ou que uma cena transite entre várias formas de visibilidade, ativando toda a caixa. O cartógrafo não se aproxima delas para nomeá-las, mas para ser afetado por elas. Esse exercício de ativação, portanto, não busca organizar o campo, mas mostrar que é o campo que reorganiza o cartógrafo (e suas ferramentas).

A caixa é convocada pelas figuras-tipo, e não o contrário. E é nesse movimento que os conceitos deixam de ser categorias frias e se tornam ferramentas, que pensam com “os pés no chão”, imbricadas no território. É também nesse ponto que a leitura se arrisca para além da análise, abrindo espaço para fragmentos de experiência que não apenas ilustram, mas deslocam. O corpo em campo escreve o que o método ainda não prevê. E, nesse rearranjo, a cidade é formadora. O aprendizado nasce do passo, do desvio e do silêncio.

Interlúdio metodológico: com a “caixa” nas mãos (às vezes escorregando)

No início, havia um mapa. Um croqui do parque impresso em papel comum, dobrado e colado em uma folha de caderno de capa preta. O carregava como quem leva uma promessa de controle. Mas a cidade logo

tratou de frustrá-lo. Os caminhos não coincidiam, as escalas não faziam sentido, os bancos mudavam de lugar, e alguns sequer existiam. As árvores pareciam maiores que os blocos cinza do desenho. A chuva começou fina e indiferente. Escorria pelos olhos, ensopava os papéis. O mapa, agora desfeito, já não servia. Restava caminhar.

A leitura do campo não é só registrar o que aparece, é ser transformado pelo que se deixa perceber. Aqui, a caixa deixa de ser desenho e vira operação. As pistas afinam a atenção; os operadores deslocam o olhar quando o chão engrossa. Nem sempre combinam de primeira, às vezes entram em atrito, às vezes são recusados. É desse atrito que nasce o método em ato — ele impede congelar a cidade num esquema e obriga a pensar com o chão.

Assumo a primeira pessoa porque a decisão metodológica passa pelo corpo. Aproximar ou recuar, falar ou silenciar, nomear ou deixar em suspenso. Não aplico uma lista; componho — atenção flutuante, reconhecimento atento, narratividade. A cada dobra do campo, a caixa se rearranja. Rizoma para escapar de causalidades únicas; agenciamento quando forças heterogêneas se tocam; corpografia para lembrar que escrevo “com os pés no chão”; ville/cité para manter em jogo matéria e vínculo; (des)(re)territorializações para dar língua aos deslocamentos; urbanidades invisíveis para forçar o desvio do foco.

Há também critérios de recusa. Não aproximar quando a aproximação violaria; não fixar quem resiste à categoria; não ilustrar com pessoas aquilo que é da ordem do efeito de visibilidade. A política da narratividade, aqui, é prática de cuidado, ou seja, escrever menos para expor menos, e o bastante para compartilhar o que o campo ensina. É nesse registro que a pesquisa se cola à educação prometida na introdução deste texto. Uma educação do informe, que se dá na escuta implicada dos territórios e devolve ao leitor um modo de aprender com a cidade, não sobre ela. O que vem das figuras não é exemplo, é formação em potência, em iminência de acontecer. E é por isso que a caixa permanece aberta, para recombinar-se a cada encontro, mantendo vivas a hesitação e a invenção que o método, sozinho, não prevê.

Considerações finais

A construção e a ativação da “caixa de ferramentas” do cartógrafo não visam sistematizar um protocolo de pesquisa, mas sustentar uma atitude prática e sensível diante do espaço urbano. Ao longo do texto, mostramos que a cartografia — quando atravessada pelo caminhar implicado — opera como método-processo capaz de territorializar as pesquisas em educação.

Em coerência com a proposta, assumimos o território como agente ativo na construção de uma educação situada e convocamos uma “escuta do informe”, articulando três apoios que se chamam mutuamente: as pistas da cartografia, as pistas da caminhografia e os operadores conceituais para o método. Essa composição mantém a atenção flutuante e o reconhecimento atento, abrindo o campo para o que a cidade esconde e cria.

No Parque Itaimbé, a caixa não foi confirmada, mas reconfigurada. As figuras-tipo não se impuseram sobre o território — brotaram dele como efeito de uma escuta implicada. Os operadores funcionaram como ferramentas vivas (e não lentes fixas), acionadas e, às vezes, recusadas diante da densidade dos encontros. Essa dinâmica preserva a honestidade do método, uma vez que a cidade desalinha a previsibilidade da análise e nos obriga a pensar com “os pés no chão”.

Do ponto de vista das pesquisas em educação e cidade, o trabalho deixa três contribuições: (i) reafirma a cartografia como método-processo que integra corpo e conceito (das pistas à caminhografia, dos operadores à narratividade); (ii) oferece uma caixa operatória para ler o que não entra nos mapas e, com isso, formar a partir dos territórios; (iii) propõe uma ética da presença (posicionalidade, critérios de recusa, cuidado com a linguagem) como condição de produção de conhecimento situado.

Nesse sentido, a pesquisa também tem limites: trabalhamos no Parque Itaimbé e num período delimitado; a escrita, por método, preserva hesitações e silêncios. Esses limites, porém, abrem desdobramentos: testar a caixa em outros contextos e escalas, tensionar novos operadores e aprofundar o vínculo com práticas formativas concretas em escolas, coletivos e políticas públicas.

Em suma, a caixa segue aberta. Não como manual, mas como modo de atenção que se recombina a cada encontro — mantendo vivas a hesitação e a invenção que o método, sozinho, não prevê. Se há uma aposta, é esta: cartografar com o corpo e com conceitos implicados pode sustentar uma escuta mais radical da cidade e de suas potências ainda não mapeadas, contribuindo para uma educação territorializada que aprende com o território, e não apenas sobre ele.

Ou seja, uma educação desespetacularizada!

Referências

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2020. p. 52-75.

- BENADUCE, Marcia Isabel de Vargas. Parque Itaimbé-Santa Maria/RS: gênese de um espaço público/privado. 2007. *Dissertação* (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.
- BERTH, Joice. *Se a cidade fosse nossa*: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- BROSSAT, Alain. Caixa de ferramentas ou supermercado de ideias?. *Mnemosine*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/41706>. Acesso em: 12 jul. 2025.
- CANÁRIO, Rui. Territórios educativos e políticas de intervenção prioritária: uma análise crítica. *Perspectiva*, v. 22, n. 1, p. 47-78, 2004.
- CERTEAU, Michel de. *Artes de fazer: a invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CORAZZA, Sandra Mara. Didática da tradução, transcrição do currículo (uma escrita da diferença). *Pro-Posições*, v. 26, n. 1 (76), p. 105-122, jan./abr., 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8642420>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 1. São Paulo: Editora 34, 2011.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 2010.
- DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica* (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FIOL, Paula Pedreira del. Entre galerias e a rua: caminhografia urbana em Pelotas/ RS. 2023. 239f. *Dissertação* (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.
- FORTUNA, Carlos. (Micro)territorialidades: metáfora dissidente do social. *Terr@ Plural*, v. 6, n. 2, p. 199-214, 2012.
- FORTUNA, Carlos. *Urbanidades invisíveis*. Tempo social, v. 31, p. 135-151, 2019.
- FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Intellectuals and Power. In: DELEUZE, Gilles. *Desert Islands and Other Texts (1953–1974)*. Los Angeles: Semiotext(e), 2004. p. 206–213.
- GUMA, Juliana Lamana; VARGAS, Fernanda Rodrigues; FALCÃO, Adriano da Silva; ALCÂNTARA, Marina de. Collage de afetos: novos olhares para o Parque Itaimbé. Píxo: *Revista de Arquitetura Cidade e Contemporaneidade*, v. 7, n. 26, 2023.
- HAESBAERT, Rogério. Conceitos fundamentais da Geografia. *Geographia*, Niterói, v. 21, n. 45, p. 117-120, 2019.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012.
- KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2020. p. 32-51.
- PÁRAMO, Pablo. Pedagogia Urbana: elementos para su delimitación como campo de conocimiento. *Revista Colombiana de educación*, n. 57, p. 14-27, 2009.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2020.
- ROCHA, Eduardo; SANTOS, Tais Beltrame dos. Como é a caminhografia urbana? Registrar, jogar e criar na cidade. *Arquitextos*, 281, ano 24, São Paulo, out. 2023. Disponível em: <https://vitruius.com.br/revistas/read/arquitextos/24.281/8923>. Acesso em: 12 jul. 2025.
- ROLNIK, Raquel. *O que é cidade?* São Paulo: Ed. Brasiliense, 2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: EDUSP, 2020.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2023.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. *Geo Uerj*, v. 2, n. 18, p. 24 à 42-24 à 42, 2008.

SAQUET, Marcelo Aurélio; SPOSITO, Eliseu. *Territórios e Territorialidades*. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2015.

SENNETT, Richard. *Construir e habitar*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2021.

SILVA, Marcio Tascheto da. Cidade gris: heterotopias pedestres. *Tese* (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SILVA, Marcio Tascheto da. Sociedade do espetáculo adiado: Apontamentos sobre educação na cidade febril. *Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade*, v. 10, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/37976>. Acesso em: 13 jul. 2025.

SINGER, Helena (org.). *Territórios educativos: experiências em diálogo com o Bairro-Escola*. São Paulo: Moderna, 2015.

Submetido em setembro de 2025

Aceito em novembro de 2025

Publicado em abril de 2026

